

Hospital do Desterro

Um mosteiro desterrado

A incógnita que paira sobre o destino do antigo Hospital do Desterro devia constituir motivo de preocupação dos lisboetas pelo risco de, face ao interesse imobiliário em jogo, se poderem vir a cometer danos patrimoniais graves e irreversíveis.

Integrado no conjunto dos Hospitais Civis de Lisboa, o Hospital do Desterro, juntamente com o de S. José, o dos Capuchos, o de St.^a Marta e o Miguel Bombarda, foi posto à venda pelo Estado numa operação que pretende arrecadar, ao todo, cerca de 150 milhões de euros. O objectivo é desactivar faseadamente estas unidades, instaladas em edifícios antigos, de modo a suportar parte dos custos do novo Hospital de Todos-os-Santos, projectado para Chelas. Mas, até este estar pronto, os edifícios actuais – à excepção do Desterro (já desactivado) – vão continuar a funcionar tal como estão. A data prevista para a transferência está ainda longe (2013-2015), mas isso não impediu a concretização de um primeiro negócio com a Parpública (deitada pelo Estado) três anos antes da desactivação dos serviços. É uma

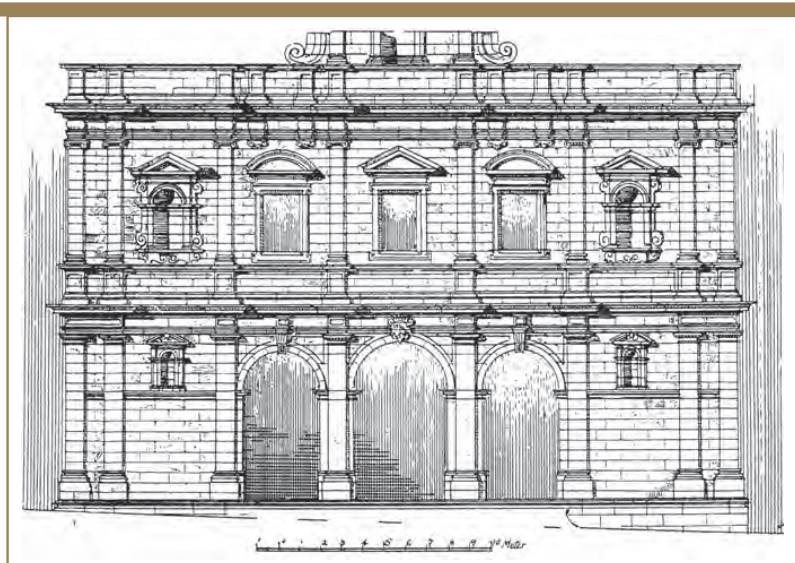
forma do Ministério da Saúde receber, de forma indirecta, uma injeção de capital num ano em que obteve apenas um aumento de 0,6% do Orçamento Geral do Estado... Claro que o fim último é aquela empresa estatal vender depois os edifícios (a par de vários quartéis e prédios de grande valor em Lisboa), para os transformar em rendosos projectos “imobiliários”.

Ora, o problema que se coloca não é tanto a iniciativa em si, uma vez que estes imóveis, na sua grande maioria conventos extintos, raramente se adequaram às funções que lhes foram impostas, em especial os hospitais. A complexidade do seu funcionamento e os equipamentos específicos que exigem, foram, a par da incúria e falta de cultura, responsáveis pelo menosprezo e destruição do património artístico dos espaços onde estes

se instalaram. Basta lembrar, ainda no século XIX, a igreja de St.^o Antão-o-Novo do antigo colégio jesuíta – que o Terramoto apenas em parte danificara – demolida nas obras de adaptação do Hospital de S. José ou a igreja do mosteiro do Desterro, também ela uma sobrevivente do sismo, mas desaparecida, já no século XX, na voragem de projectos de alteração do imóvel que redundariam em nada.

Porém, apesar dos estragos, estes antigos conventos teimam em subsistir, graças à notável qualidade da sua arquitectura, já com mais de três séculos de idade, que as agressões sucessivas não conseguem apagar. O seu reconhecido valor para a História da Arte é, aliás, reforçado pelo notável património integrado que muitos ainda possuem e que justifica a sua classificação actual (apesar de insuficiente), como é o caso do Hospital de S. José (MN – sacristia da antiga igreja; IIP – bloco conventual), o de St.^a Marta (IIP); o dos Capuchos (IIP) ou o de Miguel Bombarda (IIP), que ocupou o convento de S. Vicente de Paula. Todavia, no que se refere ao Hospital do Desterro, o caso apresenta-se mais delicado: ao contrário dos outros, já protegidos de alguma forma pela classificação que cria (e bem) alguns constrangimentos a futuros projectos, o antigo mosteiro cisterciense não a possui, estando ainda “em estudo”, situação preocupante porque conveniente face ao seu destino imediato.

Encontrando-se à venda desde 2008, foi-lhe fixado um valor base de 10,75 milhões de euros, cifra que foi já reduzida para 9,55 milhões em resultado da ausência de ofertas. Para este



Fachada da igreja do Mosteiro em 1877 (A. Haupt).



Ángulo SE da fachada do Mosteiro.



Ruínas da igreja na actualidade.




Claustro grande.

facto, terá certamente contribuído a exigência de que os seus 8 400 metros quadrados úteis sejam totalmente utilizados para a área dos “cuidados continuados”. A Estamo, empresa subsidiária da Parública, ainda não avançou nem uma nova data para a venda do imóvel, nem as condições da sua utilização, mas o futuro não se apresenta risonho para o antigo mosteiro que a referida empresa classificou como “edifício hospitalar datado do século XIX”... Não é bom prenúncio, diga-se, sobretudo se considerarmos a verdadeira razão que, nos últimos anos, os edifícios deste período, incompreensivelmente mal protegido, têm sofrido em Lisboa. Com as suas janelas atípicas de desenho moderno, alteradas pelas necessidades de funcionamento como hospital, é assim que o mosteiro do Desterro é visto: uma construção do século XIX, banal e sem grande valor, logo, passível de receber qualquer tipo de alterações. Nada mais errado.

O mosteiro de N.ª Senhora do Desterro faz parte de um conjunto de grandes complexos monástico-conventuais construídos no período filipino, embora tal como o convento de S. Bento (transformado na Assembleia da República), o colégio de St.º Antão-o-Novo (hospital de S. José) ou o mosteiro de Santos-o-Novo a Xabregas – com o qual mantém, aliás, bastantes semelhanças –, não tenha chegado incólume aos nossos dias. Todos eles, porém, são testemunhos da nossa mais qualificada

arquitectura tardo-clássica iniciada em S. Vicente de Fora pelo mesmo autor: nada menos do que Baltazar Álvares, o “grandísimo arquitecto y trazador, que el rey D. Sebastian envió á Itália”, como refere o próprio duque de Alba em carta ao rei Filipe II. De facto, também o mosteiro do Desterro, desde sempre atribuído a Filipe Terzi, é obra de Baltazar, como prova o documento inédito que publiquei em 2008 (Tese de Mestrado)¹. Nele se diz que, depois de concedida por Filipe II em Alvará Régio de 1586 a licença de fundação, “fez o risco para o novo Mosteiro Balthezar Álvares Mestre das Obras Regias que foi aprovado pelo R.º Geral Fr. Gerardo das Chagas aos 12 de Maio de 1592, e todos escolherão para M.º da Obra o mesmo que formou a ideia, e Planta do Mosteiro com 40\$000 reis de ordenado annualmente satisfeitos”.

Só no último quartel do século XVII, todavia, o complexo adquiriu a forma que hoje tem: dois claustros (o maior incompleto) e respectivas dependências à direita da igreja que haveria de ser a definitiva e hoje desaparecida. Sabemos que esta – e não a provisória que ainda subsiste – se encontrava já quase concluída em 1706, com as duas torres da frontaria iniciadas e a nave e transepto abobadados. A enorme massa do edifício ficou, ainda assim, longe de ter atingido a grandeza projectada, pois conforme a *História dos Mosteiros* “a sua traça havia de ter outros dous claustros [...] da outra parte [esquerda] da igreja”. Infelizmente, desta pouco mais

hoje subsiste que a metade inferior da fachada e o pórtico de três arcos (parcialmente entaipado) que constituiu, durante anos, a entrada do hospital. A erudição do desenho salta à vista, mas o resto do frontispício, inspirado num projecto de Rafael para a Villa Madama presente no tratado de Serlio (Livro III, Veneza 1540), só o podemos imaginar a partir dos desenhos de Albrecht Haupt, executados antes da sua demolição. Desinteresse, delapidação e abandono foi o destino que o Estado reservou à grande casa dos Cistercienses em Lisboa, à semelhança do que ainda hoje sucede com muitos outros antigos conventos cuja posse detêm desde a extinção das ordens religiosas. A ausência de uma política de protecção do seu património imóvel e a desresponsabilização pela sua salvaguarda futura têm resultado em perdas inadmissíveis. Esperamos que, pelo menos, haja agora o bom senso de conservar o que resta... 

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

¹ BRANCO, Ricardo Lucas de Sousa, *Italiânismo e Contra-Reforma: A obra do arquitecto Baltazar Álvares em Lisboa [policopiado]*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa, 2008, 2 vols..

RICARDO LUCAS BRANCO,
Investigador em História da Arte,
bolseiro de doutoramento da FCT